

(VI) VENDO NO PRESÍDIO SOB A LUZ DA LEITURA E DA ESCRITA: realidades e perspectivas

Rachel Bonfim da Silva

*Secretaria de Educação do Maranhão (SEDUC); Defensoria Pública da União; e-mail:
rachelbonfim@uol.com.br*

Resumo: Este trabalho apresenta uma pesquisa sobre a escrita dos alunos da Educação de Jovens e Adultos do presídio feminino e masculino no estado do Maranhão através da realização do 3º Concurso de Redação da Defensoria Pública da União em todas as capitais brasileiras com o Título: Mais direitos! Menos grades! Sendo assim, o presente trabalho teve por finalidade relatar de forma crítica e reflexiva a pesquisa, metodologia e o resultado obtido que culminou em dezesseis premiações sendo que obteve-se colocados em 1º e 2º lugares com duas alunas do presídio feminino e, outro aluno do presídio masculino que obteve o 3º lugar. Todos esses alunos estão matriculados nas escolas do próprio sistema prisional, e também houveram duas alunas menores infratoras vencendo. Os demais alunos foram procedentes de escolas públicas regulares. Tal trabalho objetivou-se a mostrar as funções da Defensoria Pública da União para os alunos e incentivarem estes a escreverem uma redação sobre seus direitos. Nessa perspectiva, o trabalho procedeu com uma palestra informativa sobre as diversas funções da defensoria, bem como o tema do concurso e esclarecimentos destas aos alunos, e posteriormente com uma oficina sobre o tipo de redação (dissertação) que os alunos deveriam escrever e depois dessa etapa passou-se a fazer as análises das redações dos alunos e alunas, escolhendo as melhores e encaminhando-as para a banca examinadora em Brasília. Diante dos resultados obtidos neste trabalho, percebeu-se que os alunos que possuíam mais intimidade e prática com a escrita do dia a dia obtiveram melhor êxito nas suas redações.

Palavras chaves: Leitura, Escrita, Educação de jovens e adultos, Defensoria Pública da União.

1 INTRODUÇÃO

A escolha do GT 11, foi dada por se tratar de Inclusão, Direitos Humanos e Interculturalidade, pois o presente trabalho teve uma perspectiva exatamente voltada para esse foco. Como resultado, o mesmo abrange a complexidade dos processos educacionais que se preocupam com a eliminação ou minimização das exclusões a partir de referenciais fundamentados nos Direitos Humanos em vinculação com perspectivas interculturais, sócio-políticas e psicológicas que contribuem para a compreensão do cotidiano educacional. Os estudos que ele compreende preocupam-se com a análise e produção de conhecimento em níveis micro, meso e macro, relativos a assuntos como: poder; saber; corporeidade; descolonização; igualdade/desigualdade; diferenças; culturas, políticas e práticas educacionais; práticas discursivas; diversidade; justiça social; cidadania e

valores. Nesse sentido, este relato será dado a partir dos objetivos desse grupo de estudo, como tratara-se mais adiante.

Para que o foco pudesse ser alcançado buscou-se os estudos de Foucambert (1997), em que o autor descreve que a leitura significa ser questionado pelo mundo e por si mesmo. Significa que certas respostas podem ser encontradas na escrita, significa poder ter acesso à escrita, significa construir uma resposta que integra parte de novas informações ao que já se é. Partindo desse descrito, concorda-se que não basta somente permitir o acesso dos alunos à leitura e escrita, é imprescindível que este se torne leitor e produtor de textos e, mais conhecedor dos seus direitos, o que acabou sendo o objeto de pesquisa.

Portanto, a leitura e a escrita são fatores fundamentais para a inserção do ser humano na sociedade contemporânea. As cobranças por esses dois elementos têm sido cada vez mais acirradas para os jovens e os adultos na escola, assim como também no mercado de trabalho diariamente. Outrossim, o ato de ler pode fornecer ao leitor o acesso às informações, à ampliação do vocabulário, o desenvolvimento da criticidade e o interesse na busca pelo conhecimento sobre os assuntos mais variados, que além de instigar o leitor a pensar e conhecer criticamente sobre diversas questões, pode impulsionar suas relações sociais e fazer com que os mesmos conheçam e desfrutem dos seus direitos. Daí a importância dessa pesquisa realizada com esses alunos e o concurso feito por estes nessa modalidade de ensino.

A leitura é fundamentalmente um ato cognitivo, o que significa que a percepção que se tem da tarefa de ler e dos seus objetivos desempenha um papel determinante, pois é esta compreensão que vai tornar operacionais e eficazes as outras competências para a leitura. Assim, um bom leitor é aquele que, ao fomentar as operações de tratamento linguístico ao nível lexical e sintático de forma automática vai também focar a sua atenção para a construção de um modelo de texto, interpretando-o.

É importante ressaltar que ler é decodificar, extrair o significado da escrita, daí é que a leitura é vista como um processo interativo entre o leitor e o texto, através do qual o primeiro reconstrói o significado do segundo. Consequentemente, através de uma leitura informativa e formativa, o indivíduo poderá aprimorar sua escrita, desenvolvendo-a com mais coesão e conhecimento científico, cultural, entre outros, composta por informações pertinentes a um determinado assunto.

De acordo com Travaglia (2009), se considerarmos a linguagem como um código conhecido, preestabelecido e dominado pelos falantes, deve-se também ponderar que a mesma configura-se como um ato social, ou seja, assim faz com que aconteça a comunicação de forma

efetiva. A linguagem é, portanto, ponderada como um processo de interação social do indivíduo dentro do seu contexto comunicativo.

A escola vem produzindo grande quantidade de leitores que são capazes de identificar qualquer texto, porém, com enorme dificuldade para compreender o que leem. Entende-se que o processo de leitura indica que não se deve ensinar a ler por meio de práticas centradas na decodificação. Nesse contexto, propõe-se que se deve fazer o contrário, ou seja, oferecer aos alunos inúmeras oportunidades de aprenderem a ler, usando os procedimentos que os bons leitores utilizam. Sendo assim:

Um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os trechos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua. Que consegue utilizar estratégia de leitura adequada para abordá-los de forma a atender a essa necessidade. (BRASIL, 1997 p. 54).

Sobre o processo da escrita, alguns autores apresentam um mesmo consenso, em se tratando da capacidade de criação ou (re) criação, por parte de quem está produzindo um texto. Conforme Luria e Leontiev (2003, p. 65), “a criança precisa entender que a escrita é um sistema simbólico de representação da realidade, que não tem significado em si, mas representa um outro contexto”. A leitura ainda é vista como um processo interativo, porque diferentes leitores extraem níveis diversificados de informação sobre o mesmo texto, pois possuem níveis de conhecimento diferentes em relação ao tema de que trata o texto. Dessa forma, entende-se que a informação que um leitor retira de um texto está dependente do conhecimento que possui sobre o assunto a que se refere o mesmo.

Para Bakhtin (2003), a interação verbal é fundamental na língua. Com base na colocação do autor, compreende-se que a verdadeira substância da língua não é um sistema abstrato de formas linguísticas, antes é fundamentalmente interação verbal entre falantes de uma comunidade.

Tal trabalho objetivou-se em explicar aos alunos e alunas as funções e as demandas da Defensoria Pública da União e também sobre o tema em questão: Mais direitos! Menos grades! Bem como incentivar os mesmos e as mesmas a escreverem uma redação sobre seus direitos e a partir de então participar do 3º Concurso de redação desta instituição. Considera-se portanto, que o presente estudo tem uma relevância social, uma vez que pôde contribuir de maneira significativa por suscitar novas reflexões sobre as práticas de ensino de leitura e escrita desenvolvidas no Ensino Fundamental, Médio e na EJA da Rede Estadual de Ensino em São Luís – MA. Neste sentido, os resultados da pesquisa serão socializados com o intuito de

possibilitar a reflexão sobre a temática pesquisada no âmbito das políticas públicas do Estado, bem como no ambiente pesquisado no qual a autora do estudo está inserida. Assim, este estudo constitui-se numa proposta teórico-metodológica para o Ensino Fundamental, Médio e na EJA para toda rede de ensino no Maranhão.

Comungando com esse pensamento da leitura na perspectiva da necessidade e do prazer, alguns autores subsidiam o objeto da pesquisa em questão, tais como: Jean Foucambert (1997); Josette Jolibert (1994); Frank Smith (1999); Mikhail Bakhtin (2003); Luria e Leontiev (2003); Geraldi (2006) dentre outros, que serviram de alicerce para nortear a fundamentação teórica.

2 METODOLOGIA

A pesquisa efetivada através do concurso de Redação da Defensoria Pública da União nas escolas públicas do Maranhão que teve por título (VI) **VENDO NO PRESÍDIO SOB A LUZ DA LEITURA E DA ESCRITA: REALIDADES E PERSPECTIVAS** contribuiu significativamente para o aperfeiçoamento da Justiça. Ela trouxe à tona o sentido da **INCLUSÃO SOCIAL**, esta que é um dos grandes desafios do país que, por razões históricas, acumulou um enorme conjunto de desigualdades sociais no tocante à distribuição da riqueza, da terra, do acesso aos bens materiais e culturais e da apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Em Silva, Freitas e Lereno (2014), a inclusão social pode ser entendida como a ação de proporcionar para populações que são social e economicamente excluídas – no sentido de terem acesso muito reduzido aos bens (materiais, educacionais, culturais etc.) e terem recursos econômicos muito abaixo da média dos outros cidadãos – oportunidades e condições de serem incorporadas à parcela da sociedade que pode usufruir esses bens. Além disso, esse concurso foi inovador desde seu planejamento, seu desenvolvimento até a sua execução, pois este foi acolhedor, e manifestou o talento dos participantes esquecidos pela nossa sociedade, com o ato de ler e de escrever. Esse aperfeiçoamento jurídico foi muito significativo, porque no sentido mais amplo, a inclusão social envolve também o estabelecimento de condições para que todos os habitantes do país possam viver com adequada qualidade de vida e como cidadãos plenos, dotados de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política que os capacitem a agir de forma fundamentada e consciente.

Torna-se relevante citar que um dos aspectos da inclusão social é o de possibilitar que cada brasileiro tenha a oportunidade de adquirir conhecimento básico sobre a ciência e seu funcionamento. Ademais, este conhecimento lhe dá condições de entender o seu entorno, de

ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, de estudos e de atuar politicamente com conhecimento de causa. E o projeto atendeu exatamente esse aspecto para cada um dos alunos participantes desse certame.

Portanto, esta pesquisa foi organizada com base nos pressupostos da pesquisa qualitativa. Nas proposições de Bogdan e Biklen (1994), as principais características de uma pesquisa qualitativa são: a descrição, interesse pelo processo e não apenas pelo resultado da pesquisa, ter o pesquisador como instrumento chave para o desenvolvimento do trabalho, questionamento do objeto de trabalho e da investigação e análise dos dados.

Foram realizadas as palestras sobre o tema do 3º Concurso de Redação da Defensoria Pública da União com o tema “Mais direitos! Menos grades!” e depois dessas palestras os alunos participaram das oficinas em que aprenderam com seus professores os tipos de redações existentes e a solicitada no concurso e as normas cultas da língua portuguesa. Posteriormente começaram a escrever suas dissertações e os professores fizeram as devidas correções e enviaram para banca examinadora em Brasília.

Foram realizadas 20 palestras em 15 escolas sendo que três delas localizam-se **no presídio feminino e masculino, bem como alunos menores infratores do sistema sócio educativo** do estado e também em escolas do Ensino Fundamental, do Médio regular e na EJA nos três turnos de ensino. A escolha das escolas ocorreu baseada na procura por estas em desejar participar do 3º Concurso de Redação da Defensoria Pública da União. Desta forma, a relação das escolas participantes está descrita no item posterior que trata dos resultados e discussão da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A participação de todos atores da comunidade escolar e principalmente dos docentes e dos demais envolvidos no processo desta pesquisa e deste concurso foi fundamental para a realização e o êxito do mesmo. Desde o planejamento de todas as ações, as oficinas de redação, as dissertações e até o envio coletivo das redações, houve uma solidariedade e companheirismo de todos os atores envolvidos nesse projeto. Por certo, todos esses elementos foram responsáveis para que os participantes do estado do Maranhão ganhassem dezesseis prêmios em todo o processo, sendo que houveram colocados em 1º, 2º e 3º lugar. E na categoria da modalidade de Educação de Jovens e de Adultos do sistema prisional também houveram colocados em 1º e 2º lugares, com alunas do espaço sócio educativo e com duas menores infratoras. Além desses alunos receberem seus certificados, tabletes, e diminuição nas suas

penas, certamente esse momento ficará marcado para sempre a história acadêmica desses alunos.

Ademais é importante destacar que o Maranhão foi um dos estados do Brasil mais premiado na categoria presídio. Nesse concurso houve a participação de muitos alunos e alunas apenados que estudam **dentro de um sistema prisional feminino e masculino**, contando com cerca de 35 mulheres e 20 homens que realizaram as redações. Vale ressaltar que no momento das palestras realizadas no presídio tanto masculino quanto feminino os alunos e alunas perguntavam muito sobre a função da Defensoria Pública da União, bem como sobre a forma como a mesma poderia os ajudar seus familiares a se aposentar e se os mesmos poderiam receber o auxílio detenção, além de outras questões relacionadas com o tema da redação.

Entre as demais escolas que participaram das palestras e oficinas de redação do Ensino Fundamental e Médio regular obteve-se significativos destaques com colocações em 1º, 2º, 3º e 4º lugares nas redações do 3º ano, dentre outros.

4 CONCLUSÃO

A partir desta pesquisa e deste concurso pôde-se perceber como a leitura e a escrita deveria fazer parte a vida dos alunos de forma mais intensa e significativa, pois os mesmos podem conhecer vários tipos de textos e também seus direitos. Outrossim foi totalmente satisfatória a realização, desenvolvimento e conclusão desta pesquisa e concurso, pois o objetivo principal foi alcançado, que era explicar as funções da Defensoria Pública da União para os alunos e alunas e a partir desse conhecimento multiplicar essas informações aos seus familiares, vizinhos e amigos. Assim, os mesmos obtiveram conhecimentos para fazerem uso dos serviços jurídicos gratuitos prestados pela Defensoria Pública da União. E também foi permitido que os alunos e alunas pudessem ler e escrever sobre o tema proposto.

As diversas premiações com 3º lugar em todas as modalidades de ensino e em especial a modalidade da Educação de Jovens e Adultos com os alunos do sistema prisional, representou alegria, orgulho e entusiasmo. Além disso, cabe destacar que serviu de empolgação e desafio para que continue havendo investimento numa educação significativa para os alunos, principalmente àqueles que na maioria das vezes são esquecidos pela sociedade (que são os apenados) e por diversas vezes nem participam de projetos educacionais, quiçá de concursos e ainda ganhar algum tipo de premiação.

Dessa forma, o objetivo educacional do projeto DPU nas escolas foi alcançado com louvor, pois através deste trabalho foi levado ao conhecimento dos alunos de escolas regulares

e das escolas nos presídios informações importantes e fundamentais dos seus direitos como cidadãos, dando-lhes também a oportunidade de participar e concorrer com alunos de todo o Brasil. Outrossim, estes alunos tiveram reconhecimento da sociedade maranhense e brasileira. Mostrou-se também que nos presídios existem alunos leitores e escritores capazes de dissertar sobre seus direitos.

Diante desse quadro fica evidente que a leitura é fundamentalmente um ato cognitivo, o que significa que a percepção de ler e dos seus objetivos desempenham um papel determinante. Essa compreensão vai tornar operacionais e eficazes as outras competências para sua leitura. Vê-se que a escola vem gerando um grande quantitativo de leitores que são capazes de identificar qualquer texto, todavia, com enorme dificuldade para compreender o que leem.

Por conseguinte, entende-se que o processo de leitura não se dar por meio de ensinar as práticas centradas na decodificação. Contudo, foi proposto o contrário, ou seja, oferecer aos alunos inúmeras oportunidades de aprenderem a ler, usando os procedimentos que os bons leitores utilizam:

Um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os trechos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua. Que consegue utilizar estratégia de leitura adequada para abordá-los de forma a atender a essa necessidade. (BRASIL, 1997, p. 54).

Portanto, esse trabalho contribuiu para o aperfeiçoamento da noção sobre justiça para todos os alunos que participaram do evento educacional discutido. Vale ressaltar que esse Concurso de Redação da defensoria Pública da União acontece todos os anos. A primeira versão do concurso aconteceu em 2015, e esta foi a 3ª versão do mesmo.

Conclui-se com essa pesquisa e concurso que a leitura é considerada um dos principais meios para que os alunos possam aprimorar suas formas de leitura e escrita. Sendo assim, a escola precisa estar atenta para essa questão. A escola também deve proporcionar momentos de leituras e escritas para seus alunos, de forma lúdica, significativa e sistematizada, bem como criar condições para que estes participem de concursos culturais como este demonstrado na pesquisa. Desse modo haverá momentos prazerosos em que os alunos se tornaram mais conhecedores dos seus direitos. Além disso, conseqüentemente saberão de forma significativa que a leitura e a escrita são fundamentais para o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BOGDAN, R. C; BIKLEN, N. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução á teoria e aos métodos**. Porto (Portugal): Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC, 1997.

FOUCAMBERT, Jean. **A criança, o professor e a leitura**. Trad. Marleine Cohen; Carlos Mendes Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2006.

JOLIBERT, Josette. **Formando crianças leitoras**. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2003.

SILVA, Luísa Ferreira da; FREITAS, Alexandra; LERENO, Isabel. **Intervenção psico-social** [Em linha]. Lisboa: Universidade Aberta, 2014. 132 p.

SMITH, Frank. **Leitura significativa**. Trad. Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICE A – FOTOS DO CONCURSO DE REDAÇÃO

